

## DESPACHO ADMINISTRATIVO

**ASSUNTO: PEDIDO DE IMPUGNAÇÃO AO EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 046/2020.**

A Companhia Campolarguense de Energia – COCEL, vem por meio deste, apresentar a competente resposta ao pedido de Impugnação protocolado pela empresa CLARO S.A., conforme documento datado de 26/08/2020. Deste modo, vejamos de forma resumida as razões da impugnação:

**a) Exigência de qualificação técnica não prevista em lei.** Sustenta a CLARO S.A. que o item 10.1.3 do Edital de Licitação nº 046/2020 representa exigência que extrapola os limites da lei, considerando que impõe restrição de competitividade, no tocante a apresentação de documentos sigilosos e restritos ao âmbito empresarial;

**b) Responsabilidade pela manutenção dos aparelhos.** Indica a impugnante que as operadoras são empresas de transmissão de serviço móvel celular e não fabricantes de aparelhos celulares, bem como, o objeto social das operadoras não é a fabricação e manutenção dos aparelhos e sim a transmissão dos serviços conforme a outorga da Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL.

**02.** Importa destacar que com o advento da Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, os contratos com terceiros destinados à prestação de serviços às empresas públicas e às sociedades de economia mista, inclusive de engenharia e de publicidade, à aquisição e à locação de bens, à alienação de bens e ativos integrantes do respectivo patrimônio ou à execução de obras a serem integradas a esse patrimônio, bem como à implementação de ônus real sobre tais bens, serão precedidos de licitação nos termos da citada norma, ressalvadas as hipóteses previstas nos arts. 29 e 30.

**03.** Diante do comando normativo previsto no artigo 40 da Lei nº 13.303/16, a COCEL aprovou seu Regulamento Interno de Licitações e Contratos pelo Conselho

de Administração, na data de 28 de junho de 2018 e publicado no Diário Oficial de Campo Largo, na data de 29 de junho de 2018.

Art. 40. As empresas públicas e as sociedades de economia mista deverão publicar e manter atualizado regulamento interno de licitações e contratos, compatível com o disposto nesta Lei, especialmente quanto a:

- I - glossário de expressões técnicas;
- II - cadastro de fornecedores;
- III - minutas-padrão de editais e contratos;
- IV - procedimentos de licitação e contratação direta;
- V - tramitação de recursos;
- VI - formalização de contratos;
- VII - gestão e fiscalização de contratos;
- VIII - aplicação de penalidades;
- IX - recebimento do objeto do contrato.

**04.** Conforme restou definido pelo novo Regulamento Interno de Licitações e Contratos, considera-se como modalidade licitatória oficial desta concessionária a denominada “LICITAÇÃO”, conceituada no inciso XXXIII, do art. 13, responsável pela aquisição dos bens relacionados pela Divisão solicitante, considerando que os padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado.

XXXIII – Licitação: procedimento administrativo pelo qual a COCEL, pretendendo alienar, adquirir ou locar bens, realizar obras ou serviços, segundo condições por ela estipuladas previamente, convoca interessadas na apresentação de propostas, a fim de selecionar a que se revele mais vantajosa em função de parâmetros antecipadamente estabelecidos e constantes do edital;

**05.** No tocante ao primeiro item da impugnação “**Exigência de qualificação técnica não prevista em lei**”, não há que se falar em restrição de competitividade e muito menos em exigência de apresentação de documento sigiloso e restrito ao âmbito empresarial, tendo em vista a Publicidade dos Contratos Administrativos. Destaca-se ainda que perante a COCEL, tão condição está prevista em nosso Regulamento Interno de Licitações e Contratos, conforme art. 94:

**Art. 94.** Poderá ser solicitada a comprovação da legitimidade dos atestados de capacidade técnica apresentados, mediante, dentre outros documentos, de cópia do respectivo contrato, endereço da contratante e local em que foram prestados os serviços.

**06.** No tocante ao segundo item da impugnação “**Responsabilidade pela manutenção dos aparelhos**”, acolhemos as considerações descritas, o que impõe a retificação do Anexo I – Termo de Referência, considerando a exclusão da obrigação abaixo descrita:

Será de obrigação da Contratada em no máximo 07 (sete) dias, às suas expensas a substituir os aparelhos que apresentem defeito, ressalvado os aparelhos que encaminhados a assistência Técnica tenha seu defeito sanado no prazo máximo de 5(cinco) dias, não se aplicando se o defeito for comprovadamente provocado por uso indevido ou inadequado.

**07.** A Constituição Federal consagrou em diversos dispositivos a preocupação com a correta aplicação dos recursos públicos, indicando a obrigatoriedade da realização do processo de licitação pública, visando permitir a Administração Pública contratar com verdadeira isonomia e eficiência, sem prejudicar a natural competitividade do mercado, na busca pela melhor oferta.

**08.** Diante do exposto, da justificativa apresentada, motivação, pressupostos de fato e de direito, bem como considerando a necessidade empresarial, a ausência de qualquer prejuízo para o interesse público, conclui-se pela regularidade do item 10.1.3, inciso I, do Edital de Licitação nº 046/2020, e pela exclusão da obrigação de manutenção dos aparelhos telefônicos, conforme descrito no item 06 do citado Despacho Administrativo.

Campo Largo, 31 de agosto de 2020.

**NELSON CHAGAS**

**Diretor Administrativo**